



CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

EDITAL

Convite nº 02/2021 – CREFITO-14

Fornecimento e serviços de instalação de peças de granito na sede do CREFITO-14, relativos tampo de mesa de reunião da sala de plenária da sede do CREFITO-14, prateleira (nicho) no “móvel do café”, e “Painel” de mesa da recepção, todos em quartzo “green ocean” ou similar.



CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

CONVITE Nº 02/2021

(Processo nº ____/2021)

O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO – CREFITO-14, inscrito no CNPJ sob o nº 21.310.708/0001-19, com sede na Avenida Universitária, 750 - Ed. Diamond Center - Salas 810, 811, 812, 813, Bairro de Fátima, em Teresina/PI, CEP 64.049-494, por intermédio da Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 072/2021, de 24 de setembro de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que, na data, horário e local indicados abaixo, fará realizar licitação, na modalidade CONVITE, do tipo menor preço, no regime de prestação de serviços diretos, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, legislação e normas correlatas e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Convite e Anexos.

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

1.1. Até às 09 horas (horário local) do dia 26 de outubro de 2021, na sede do CREFITO-14, localizada na Avenida Universitária, nº 750 - Ed. Diamond Center - Salas 810, 811, 812, 813, Bairro de Fátima, em Teresina/PI, CEP 64.049-494, para entrega dos Envelopes nº 01, com os documentos de habilitação, e nº 02, com a proposta, além das declarações e documentos complementares.

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. Às 10 horas (horário local) do dia 26 de outubro de 2021, na sede do CREFITO-14, localizada na Avenida Universitária, nº 750 - Ed. Diamond Center - Salas 810, 811, 812, 813, Bairro de Fátima, em Teresina/PI, CEP 64.049-494, terá início a sessão pública, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e



identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE Nº 1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO – CREFITO-14 CONVITE Nº 02/2021 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) (CNPJ)</p>
--

<p style="text-align: center;">ENVELOPE Nº 2 PROPOSTA CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO – CREFITO-14 CONVITE Nº 02/2021 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) (CNPJ)</p>

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes deste Convite. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão Permanente de Licitações – CPL do CREFITO-14, no endereço indicado no item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:



3.1.1 **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas, sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.2.2 **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante, em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

3.2.3 Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

4. OBJETO

- 4.1. Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e serviços de instalação de peças de granito na sede do CREFITO-14, relativos aos itens especificados abaixo, conforme especificações dos projetos constantes dos ANEXOS II, III e IV. São as peças ou itens a serem fornecidos e instalados:



- a) Tampo de mesa de reunião da sala de plenária da sede do CREFITO-14, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO II);
- b) Prateleira (nicho) no “móvel do café”, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO III);
- c) “Painel” de mesa da recepção, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO IV)

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas para atender a esta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, consignada para o exercício de 2021: 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras e Instalações.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1. Serão convidados a participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o seu objeto, cadastrados ou não, possibilitando-se que outros, credenciados na correspondente especialidade, participem da licitação, desde que manifestem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- 6.2. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução da obra, e desde que executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

- 6.3. Não poderão participar desta licitação:

- 6.3.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 6.3.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o CREFITO-14, responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;



- 6.3.3. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 6.3.4. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 6.3.5. Servidor ou dirigente do CRFITO-14 ou responsável pela licitação;
- 6.3.6. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação, no envelope nº 1:

7.1.1. **Habilitação jurídica:**

- 7.1.1.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 7.1.1.2. para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.1.3. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 7.1.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 7.1.1.5. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



- 7.1.1.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 7.1.1.7. os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação;
- 7.1.1.8. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:
- 7.1.1.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - 7.1.1.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 7.1.1.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - 7.1.1.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
 - 7.1.1.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
 - 7.1.1.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - 7.1.1.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



7.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 7.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.1.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.1.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.1.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.1.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.1.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 7.1.2.7. caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.1.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;
- 7.1.2.9. As certidões aqui tratadas poderão ser atualizadas e emitidas durante a sessão de realização do certame, caso prontamente disponíveis no sistema de consulta via internet.



7.1.3. **Qualificação técnica:** Todos os licitantes deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1, por meio de atestado de capacidade técnica emitido por pelo menos 02 (duas) empresas para as quais tenham prestado serviços nos últimos 24 (vinte e quatro meses) meses.

7.2. Todos os licitantes deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1:

7.2.1. Declaração de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme Anexo XIII;

7.3. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, devidamente datada, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

8.1.1. A razão social e CNPJ da empresa licitante;

8.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do termo de referência e demais documentos técnicos anexos;

8.1.3. O valor total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de Proposta de Preço, constante no Anexo V;

8.1.3.1. Quando se tratar de cooperativa de serviço, a licitante incluirá na proposta o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).



8.1.3.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos que serão impostos ao Conselho contratante.

8.1.3.3. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A mesma poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

8.3. O prazo de entrega dos serviços é de até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contados a partir da assinatura do contrato ou do recebimento do instrumento equivalente. Caso as propostas omitam esse prazo de conclusão dos serviços, este será entendido como sendo o aqui determinado.

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. No dia, hora e local designados nesta Carta-Convite, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, e procederá à abertura da licitação.

9.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos;

9.1.2. A declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Cooperativa equiparada – COOP, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007, apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006, deverá ser entregue separadamente dos envelopes acima mencionados, conforme Anexo VIII.

9.1.2.1. A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que



não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado;

9.1.2.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

9.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

9.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

9.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes;

9.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

9.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5.1. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes, então, será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório;

9.5.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços,



- rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.
- 9.6. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.
- 9.7. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
- 9.7.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.
- 9.7.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9.8. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão, então, julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- 9.9. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou as desclassificaram.
- 9.10. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.
- 9.11. Será considerado inabilitado o licitante que:



9.11.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

9.11.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

9.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.14. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. O critério de julgamento será o de menor preço global.

10.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, os respectivos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes presentes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas e utilizar-se, se for o



caso, de assessoramento técnico específico, através de parecer que integrará o processo.

10.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Convite.

10.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Convite, para efeito de julgamento da proposta.

10.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

10.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, proceder-se-á à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

10.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.6.2. A melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 20 (vinte) minutos, caso esteja presente na sessão. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

10.6.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.



- 10.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.
- 10.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.
- 10.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 10.9.1. produzidos no País;
 - 10.9.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - 10.9.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 10.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.
- 10.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.
- 10.12. Será desclassificada a proposta que:
- 10.12.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Convite;
 - 10.12.2. contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;



- 10.12.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;
- 10.12.4. contiver oferta de vantagem não prevista neste Convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- 10.12.5. apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 10.12.5.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.
- 10.12.5.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 24 (vinte e quatro horas) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
- 10.13. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este Convite.
- 10.14. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.15. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



- 10.16. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.
- 10.17. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.
- 10.18. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 10.19. O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial da União.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, §§ 4º e 6º, da Lei 8.666, de 1993.
- 11.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo previsto para a interposição de recursos.
- 11.3. O recurso da decisão que habilitar ou inhabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, instalada na sede do CREFITO-14, na Avenida Universitária, nº 750, Ed. Diamond Center, Salas 810, 811, 812 e 813, Bairro de Fátima, em Teresina/PI, CEP 64.049-494, no prazo de 02 (dois) dias úteis do ato que o ensejou.
- 11.5. O recurso será dirigido ao Presidente do CREFITO-14, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo



de 01 (um) dias útil, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato ou aceite instrumento equivalente, prorrogável na forma dos art. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Convite.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da data de seu recebimento.

12.2.2. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.3. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, a administração poderá convocar outro licitante para celebrar a contratação, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.



13. DO REAJUSTE

13.1. O valor da contratação será fixo e irrevogável.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

14.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2. A Contratante realizará inspeção de todos os materiais e serviços, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

14.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

14.3. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e



somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

14.3.1. Caso a verificação a que se refere este subitem não seja procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

14.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exige a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.4. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no termo de referência e demais documentos técnicos.

14.5. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços/obra contratados.

14.6. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos.

14.7. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.



15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas a seguir e os termos de sua proposta;
- 15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 15.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 15.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço;
- 15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;
- 15.6. Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 15.7. Exigir da Contratada que providencie a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. A contratada ficará obrigada a obedecer rigorosamente às condições estabelecidas nas normas legais aplicáveis, no termo de referência e nos demais anexos desta Carta Convite;



- 16.2. Executar cada uma das fases do empreendimento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório, bem como na sua proposta;
- 16.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 16.4. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 16.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 16.7. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 16.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço, quando for o caso;
- 16.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 16.10. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;



- 16.11. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no instrumento convocatório e seus anexos;
- 16.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 16.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 16.14. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 16.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 16.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 16.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;



- 16.19. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local das atividades.
- 16.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 16.21. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 16.22. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 16.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 16.24. Providenciar junto aos órgãos e entidades competentes as autorizações referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas aplicáveis;
- 16.25. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 16.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o termo de referência e demais documentos técnicos, no prazo determinado.
- 16.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



- 16.28. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações dos documentos técnicos correlatos.
- 16.29. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste Convite, no termo de referência e demais documentos técnicos correlatos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos;
- 16.30. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

17. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

- 17.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas nos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será efetuado de acordo com as condições estabelecidas no termo de referência.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não manter a proposta;
- 19.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



- 19.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 19.2.2. multa moratória de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual;
- 19.2.2.1. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;
- 19.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 19.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 19.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 19.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato ou de aceitar o instrumento equivalente, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.
- 19.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.



19.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

19.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em favor do CREFITO-14 ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado do Piauí e cobrados judicialmente.

19.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20. DA IMPUGNAÇÃO

20.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Convite perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura



dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Convite, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Convite por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

20.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada dirigida à Comissão Permanente de Licitações, instalada na sede do CREFITO-14.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições neles contidas.



- 21.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 21.7. É facultada à Comissão ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 21.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Convite e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Convite e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Convite e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Convite.



- 21.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 21.14. O Convite está disponibilizado na Comissão Permanente de Licitação, instalada na sede do CREFITO-14, nos dias úteis, no horário das 08 às 17 horas, ou no endereço eletrônico www.crefito14.org.br.
- 21.15. Quaisquer esclarecimentos inerentes ao processo licitatório poderão ser obtidos na Comissão Permanente de Licitações do CREFITO-14, em dias úteis, no horário das 08 às 17 horas, pelo telefone (86) 3216-6030 ou, ainda, pelo e-mail crefito14@crefito14.org.br.
- 21.16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Convite será o da Comarca de Teresina/PI, com exclusão de qualquer outro.
- 21.17. Integram este Convite, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.17.1. ANEXO I – Termo de referência;
 - 21.17.2. ANEXO II – Projeto Da Sala Da Plenária Do CREFITO-14;
 - 21.17.3. ANEXO III – Projeto da prateleira do móvel do café da recepção do CREFITO-14;
 - 21.17.4. ANEXO IV - Projeto da mesa da recepção do CREFITO-14;
 - 21.17.5. ANEXO V – Modelo de Proposta de preços;
 - 21.17.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente;
 - 21.17.7. ANEXO VII – Modelo de declaração de inexistência de trabalho de menores;
 - 21.17.8. ANEXO VIII – Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;
 - 21.17.9. ANEXO IX – Mapa de apuração de preços de mercado;
 - 21.17.10. ANEXO X – Minuta de ordem de fornecimento de materiais e execução de serviços;



CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

Teresina/PI, 13 de outubro de 2021.

RODRIGO AMORIM OLIVEIRA NUNES

Presidente do CREFITO-14





ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e serviços de instalação de peças de granito na sede do CREFITO-14, relativos aos itens especificados abaixo, conforme especificações dos projetos constantes dos ANEXOS I, II e III. São as peças ou itens a serem fornecidos e instalados:
- Tampo de mesa de reunião da sala de plenária da sede do CREFITO-14, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO I);
 - Prateleira (nicho) no “móvel do café”, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO II);
 - “Painel” de mesa da recepção, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO III)
- 1.2. As propostas das empresas deverão ser apresentadas conforme o Anexo IV, podendo as empresas, adicionalmente, apresentar proposta comercial em formatação própria, anexa àquela proposta do Anexo IV.
- 1.3. As propostas das empresas interessadas deverão contemplar todos os materiais, serviços e custos necessários à realização da obra.
- 1.4. As empresas interessadas deverão, antes de apresentar suas propostas, analisar os requisitos e especificações deste Termo de Referência, verificando se contém todo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado que possibilite caracterizar perfeitamente os serviços necessários, estimar os custos, determinar os prazos de execução, identificar as especificações e os métodos de execução, enfim, todos os aspectos necessários para o desenvolvimento do competente processo licitatório e correta execução dos serviços.



2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O CREFITO-14 iniciou, em meados de março de 2018, a operação em sua nova sede, localizada na Av. Universitária, nº 750, Ed. Diamond Center, Salas 810, 811, 812, e 813, Bairro de Fátima, em Teresina/PI, CEP 64.049-494.
- 2.2. Contudo, por questões de disponibilidade financeira e planejamento deste Conselho Regional, muitas atividades de acabamento e finalização da estrutura da nova sede ainda se encontravam pendentes e vêm sendo realizadas paulatinamente, garantindo a realização das mesmas sem comprometimento da saúde financeira do órgão.
- 2.3. Nesse contexto, é necessário atuar para garantir uma infraestrutura moderna e econômica na sede do CREFITO-14, em termos operacionais e de manutenção, para atender todas as demandas compatíveis com a finalidade institucional, com o menor custo possível.
- 2.4. Para tal fim, passou a sede deste Regional por ampla reforma, para reformulação da distribuição dos diversos conjuntos funcionais, com objetivo de atender a um novo grupo de necessidades e a novas formas de articulação entre as diversas atividades exercidas no órgão, permitindo maior eficiência e profissionalismo no desempenho das atividades, e maior conforto aos profissionais e demais pessoas que utilizam os serviços da autarquia.
- 2.5. Contudo, em virtude de tal reforma, o CREFITO-14 passou a contar com 09 (nove) ambientes, sendo que alguns destes ficaram desguarnecidos de móveis adequados para sua utilização, de modo que tem o CREFITO-14, até o momento, utilizado móveis improvisados para a realização das atividades.
- 2.6. Assim, por se mostrar necessária a instalação de móveis planejados para os ambientes funcionais do Conselho, foi a mesma iniciada, sendo parte daqueles móveis, contudo, constituída de pedras de granito cujo fornecimento e instalação não é realizado pelas empresas de móveis, razão pela qual se mostrou necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento desta parte dos móveis que é em granito.



2.7. Portanto, visando à qualidade dos ambientes internos de trabalho, bem como do atendimento aos profissionais e à população em geral, e visando conferir condições de trabalho que garantam maior eficiência e profissionalismo neste Regional, bem como atendimento aos projetos de arquitetura realizados, se mostra necessária a aquisição das pedras de granito objeto desta licitação, para conclusão dos móveis planejados deste Regional.

2.8. Ademais, ressalta-se, de já, que o objeto deste instrumento pode ser considerado como bem ou serviço comum, pois pode-se estabelecer, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco, ao interesse público.

3. REGIME DE CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 8.666/93, e ocorrerá por meio de licitação, na modalidade “convite”, nos termos do art. 22, III c/c art. 23, II, “a” da referida Lei, e o objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de outras compras e serviços, nos termos dos citados normativos.

4. DEFINIÇÕES

4.1. O presente documento constitui as Especificações Técnicas necessárias ao fornecimento dos materiais e à prestação dos serviços de instalação das pedras de granito adquiridas.

4.2. Este termo tem o objetivo de regulamentar o desenvolvimento dos materiais a serem fornecidos e serviços a serem executados, e fixar direitos e obrigações entre os envolvidos no processo, discriminados a seguir:

4.2.1. **Contratante:** Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região – CREFITO-14;

Contratada: Pessoa Jurídica responsável pelo fornecimento dos materiais e execução dos serviços;



Fiscalização: Coordenação do CREFITO-14.

4.3. A elaboração deste Termo, além de regulamentar o desenvolvimento dos serviços a serem executados, visa também orientar a empresa na fase de execução dos mesmos, através da indicação das normas de execução dos serviços, considerando sempre a possibilidade de definir o que, onde e como empregar os diversos materiais e serviços especificados, e facilitar o trabalho das empresas que irão participar da licitação, quando da determinação do custo dos serviços, definindo os elementos necessários durante a prestação dos serviços.

4.4. Materiais e insumos a serem utilizados pela empresa contratada durante a execução do serviço serão de responsabilidade exclusiva desta, devendo a empresa levá-los em consideração para o oferecimento de sua proposta.

5. DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. As propostas dos licitantes deverão apresentar-se em perfeita consonância com os parâmetros do mercado, não sendo admitidas quaisquer divergências, acréscimos ou supressões entre as propostas eventualmente apresentadas e os documentos de contratação. Os preços dos materiais ou serviços devem prever todos os custos necessários à perfeita execução dos mesmos, inclusive materiais e mão de obra.

5.2. A proposta deverá apresentar o valor global para a execução dos serviços, podendo apresentar também os preços unitários.

6. ASPECTOS GERAIS

6.1. O fornecimento de materiais e os serviços a serem executados serão realizados com rigorosa observância das normas legais que regulam a prestação dos serviços objeto desta contratação, sendo passíveis de punição por este Regional os atos praticados pela empresa contratada que violem a legislação pertinente.



- 6.2. Em caso de divergência entre o verificado no material fornecido ou no serviço executado e o projeto de arquitetura constante deste termo de referência, será consultada a Fiscalização para que a mesma julgue a situação.
- 6.3. Todos os materiais e mão de obra, salvo o eventualmente disposto em contrário no contrato ou instrumento equivalente, serão fornecidos pela Contratada.
- 6.4. A Contratada é obrigada a obter todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias ao serviço que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas referentes aos serviços a serem prestados. É obrigada, igualmente, ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento, à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades em decorrência de descumprimento, pela Contratada, de obrigações legais, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Contratante.
- 6.5. Serão embargados e recusados pela Fiscalização todos os materiais ou trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais e/ou deste termo de referência.
- 6.6. A Contratada ficará obrigada a refazer, em até 05 (cinco) dias, os trabalhos que não estejam conforme especificações, ou substituir os materiais inadequados, defeituosos, ou que não sejam condizentes com os projetos, logo após o recebimento da notificação correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessa providência.
- 6.7. Não será necessária a apresentação de amostra.
- 6.8. Havendo necessidade de substituição dos materiais fornecidos (cores, tons, formas, desenhos, dentre outros), a Fiscalização julgará a conveniência e necessidade da mesma, definindo os elementos substitutos.
- 6.9. Quaisquer materiais ou serviços adicionais, ou qualquer supressão de materiais ou serviços, somente poderão ser executados após manifestação da Fiscalização, e após o competente processo, na forma da Lei.



- 6.10. A Contratante não pagará por materiais ou serviços extras executados sem o devido processo e sem a devida autorização prévia por escrito.
- 6.11. O início do fornecimento dos materiais ou execução dos serviços fica condicionado à emissão da ORDEM DE FORNECIMENTO E SERVIÇO por parte da Contratante.
- 6.12. No decorrer da execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer, com rigor, às especificações deste termo de referência e aos projetos apresentados, sob pena de ter que refazer tudo que estiver em desacordo com os documentos supracitados, sem direito a qualquer indenização.

7. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

- 7.1. A liberação de fatura, por parte da Fiscalização, se dará em até trinta dias após sua entrada, mediante Protocolo, no CREFITO-14, endereçada à Comissão Permanente de Licitação – CPL, desde que a documentação exigida anexa à fatura esteja correta;
- a) Deverá acompanhar a solicitação formal de pagamento, a ser protocolada na sede do CREFITO-14, Recibo, Fatura/Nota Fiscal, documentos de comprovação da regularidade fiscal junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, para pessoas jurídicas, bem como a comprovação da realização dos serviços, devidamente assinada pelo responsável pela empresa contratada e pela Fiscalização do CREFITO-14.
- 7.2. Eventual atraso ou irregularidade ocorridos na apresentação do requerimento (devidamente instruído) por parte da contratada importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação de pagamento do CONTRATANTE.
- 7.3. O pagamento das faturas só se efetivará quando a Fiscalização atestar a realização dos serviços executados.



- 7.4. Quando a Contratada entrar com o pedido de faturamento, a ele deverá vir em anexo documentos que demonstrem o cumprimento de suas obrigações.
- 7.5. O pagamento da fatura fica condicionado à conclusão dos serviços.
- 7.6. Ao atestar que todos os serviços estão executados de acordo com o termo de referência e demais especificações, a Fiscalização assinará o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

8. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- a) Atos constitutivos da pessoa jurídica participante do processo licitatório (contrato social e aditivos, aditivo social consolidado, ou documentos equivalentes, conforme o tipo empresarial);
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) Certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal e Seguridade Social – INSS;
- d) Certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual;
- e) Certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) Certificado de regularidade junto ao FGTS;
- h) Proposta de preços (Anexo IV);
- i) Declaração de inexistência de fato superveniente (Anexo V);
- j) Declaração de inexistência de trabalho de menores (Anexo VI);
- k) Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) – Anexo VII.

9. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITE DOS PRODUTOS

- 9.1. O prazo máximo para entrega do objeto da contratação será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, ou da realização do ato definitivo de solicitação de fornecimento, somente podendo ser prorrogado em caso de solicitação por escrito e devidamente justificada da empresa contratada, a qual será avaliada pelo responsável pela fiscalização do contrato.



- 9.2. O aceite, ainda que definitivo, não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade, adequação e viabilidade de execução dos serviços, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, quando da execução dos serviços.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

10.1.1. Indicar, quando da emissão do contrato ou do orçamento, o endereço, telefone fixo (ou celular) de contato da pessoa física ou do escritório de representação ou da sede da empresa, qualquer que seja seu endereço;

10.1.2. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados neste Termo de Referência, e em cumprimento às normas legais e técnicas aplicáveis.

10.1.3. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

10.1.4. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

10.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

10.1.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos dados de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.



10.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.

10.1.8. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante, inclusive transporte até o local indicado, impressões, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou quaisquer outros eventualmente existentes.

10.1.9. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no termo de referência, nas propostas oferecidas, e demais instrumentos a eles vinculados.

10.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham ser vítimas os seus colaboradores em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades.

10.1.11. Não veicular publicidade acerca do objeto contratado, salvo se houver prévia autorização, por escrito, do CREFITO-14.

10.1.12. Cumprir, além do estatuído neste Termo de Referência, as orientações do Gestor do Contrato e as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do CREFITO-14.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Além das obrigações resultantes da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

11.1.1. Proporcionar todas as condições para que o (a) Contratado (a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste termo de referência e seus Anexos.



11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo (a) Contratado (a), de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e dos termos de sua proposta.

11.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1.4. Notificar o (a) Contratado (a) por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à entrega e viabilidade do objeto, fixando prazo para a sua correção.

11.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o (s) material (is) ou serviço (s) fornecidos fora da especificação ou com vícios.

11.1.6. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados.

11.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo (a) Contratado (a).

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Será designado servidor para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O preço médio para o cumprimento do objeto do presente Termo de Referência será de R\$ 16.388,49 (dezesseis mil trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), o qual foi definido após a Apresentação de propostas de Preços por empresas especializadas, após solicitações do CREFITO-14.

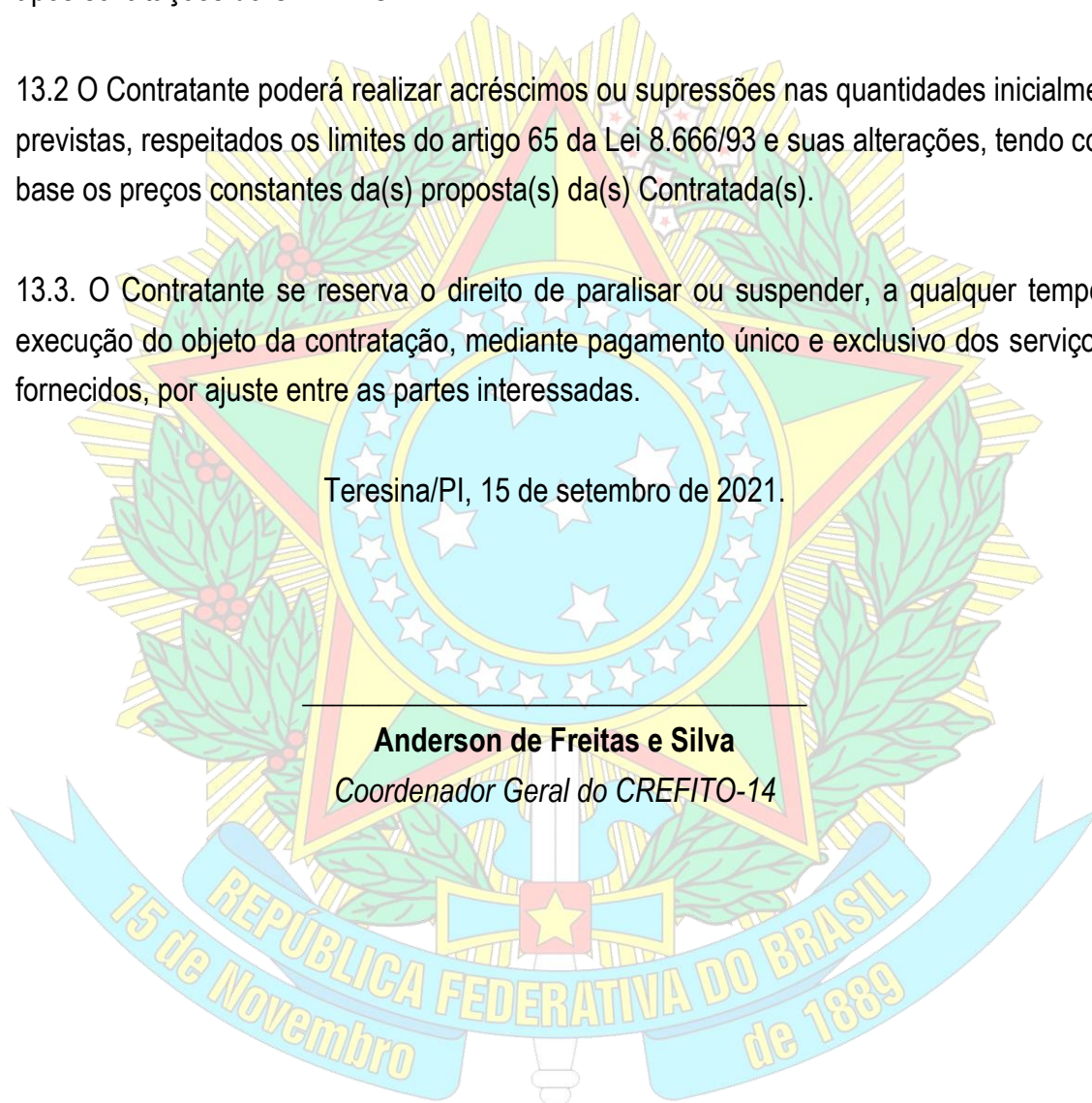
13.2 O Contratante poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) da(s) Contratada(s).

13.3. O Contratante se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto da contratação, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já fornecidos, por ajuste entre as partes interessadas.

Teresina/PI, 15 de setembro de 2021.

Anderson de Freitas e Silva

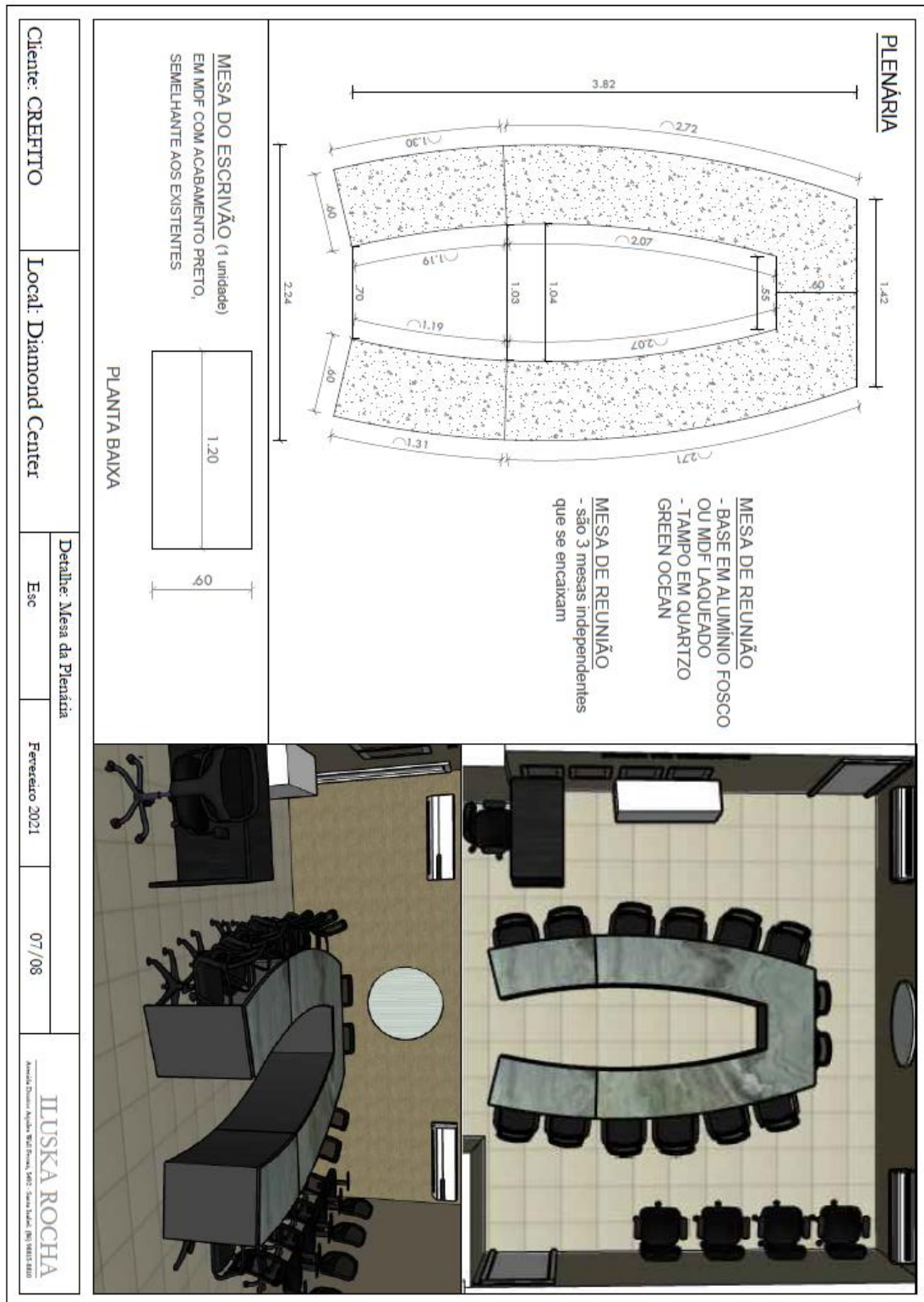
Coordenador Geral do CREFITO-14





ANEXO II

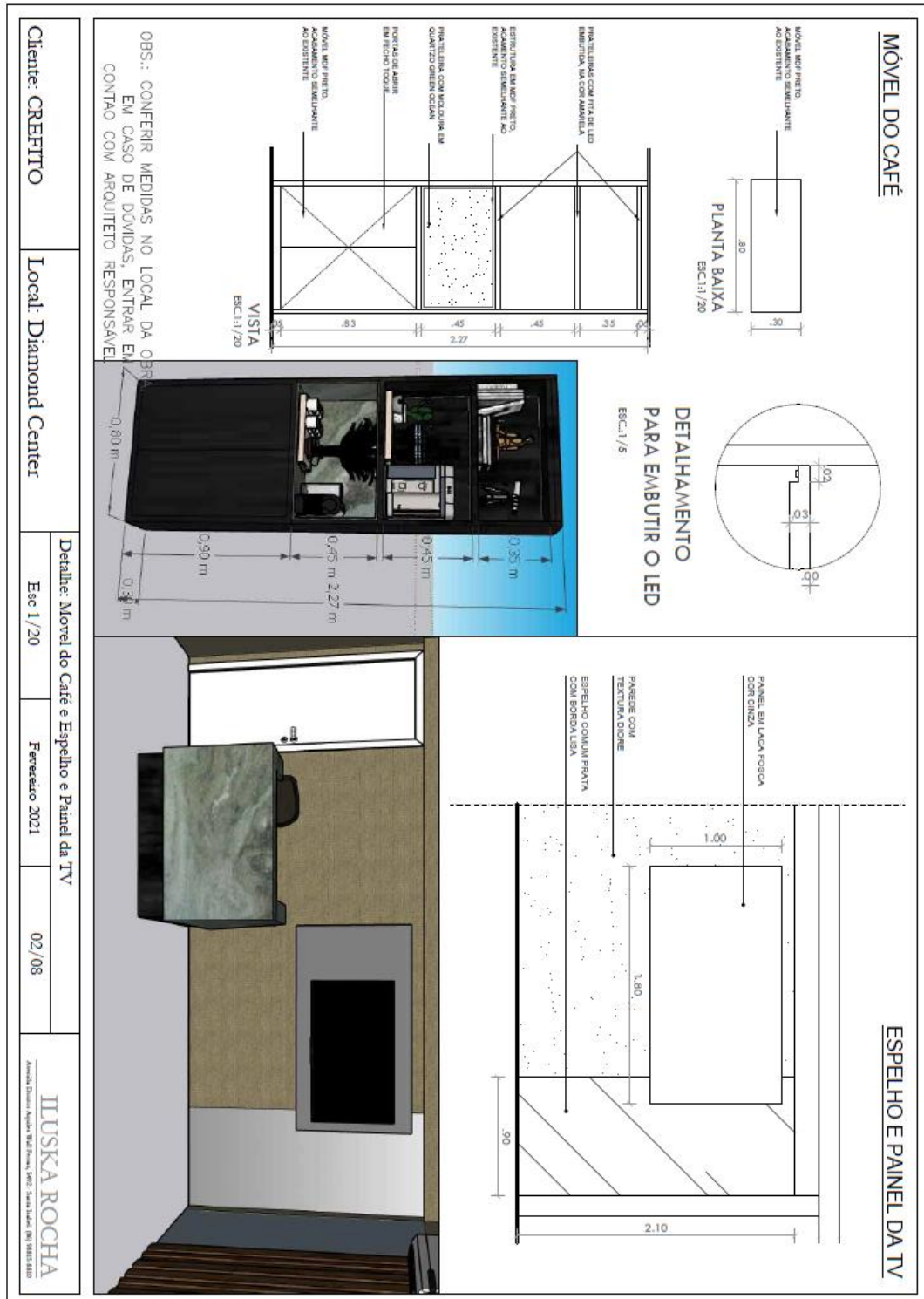
PROJETO DA SALA DA PLENÁRIA DO CREFITO-14





ANEXO III

PROJETO DA PRATELEIRA DO MÓVEL DO CAFÉ DA RECEPÇÃO DO CREFITO-14



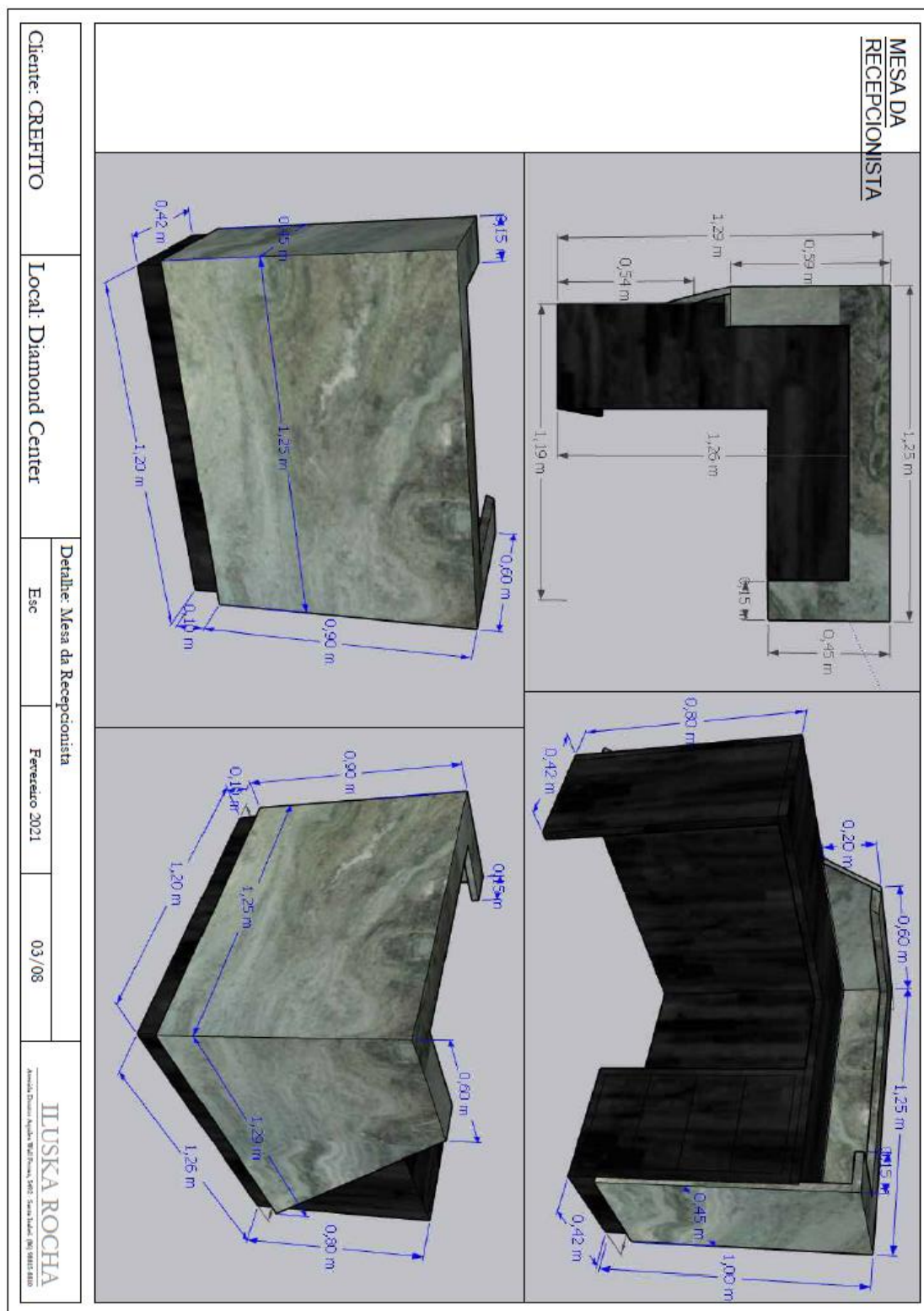


CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

ANEXO IV

PROJETO DA MESA DA RECEPÇÃO DO CREFITO-14





CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Convite nº 02/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Objeto: Fornecimento de peças de granito e serviços de instalação das mesmas na sede do CREFITO-14, relativos tampo de mesa de reunião da sala de plenária da sede do CREFITO-14, prateleira (nicho) no “móvel do café”, e “Painel” de mesa da recepção, todos em quartzo “green ocean” ou similar.

À Comissão Permanente de Licitação,

Prezados Senhores, apresentamos proposta de preço relativa ao Convite em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma:

1. Propomos o Valor Total de R\$ _____ (_____), para a execução da obra objeto desta licitação.
2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
3. Todos os dados informados na proposta refletem com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
4. Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
5. Declaramos que na elaboração dessa proposta foram observadas as especificações constantes dos termos de referência e demais documentos anexos, as quais serão integralmente observadas, por ocasião da execução do objeto da licitação.
6. Declaramos conhecer e aceitar as condições constantes do presente Convite e de seus Anexos, bem como o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Teresina/PI, ____ de _____ de 2021.

Carimbo, nome, RG, cargo e assinatura do representante legal da empresa



CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

_____,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na

_____, CEP _____,

declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Teresina/PI, ____ de _____ de 2021.

(NOME DA EMPRESA)

CNPJ nº _____

(Nome do responsável legal)

CPF nº _____





CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENORES

_____,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na
_____, CEP _____,

declara, sob as penas da Lei, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (conforme Lei nº 9.854/99).

Teresina/PI, ____ de ____ de 2021.

(NOME DA EMPRESA)

CNPJ nº _____

(Nome do responsável legal)

CPF nº _____



CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

ANEXO VIII

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Local e data

AO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO
– CREFITO-14
Convite nº 02/2021

Em cumprimento aos ditames editalícios, declaramos, sob as penalidades administrativas e legais cabíveis, que a empresa (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o n.º (N.º DO CNPJ), cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estabelecidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial ao que rege seu artigo 3º, estando apta a usufruir o tratamento preferencial regido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, regulamentada pelo Decreto n.º 6.204/2007.

Atenciosamente,

.....
EMPRESA LICITANTE/CNPJ

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



CREFITO14

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO

ANEXO X

MINUTA DE ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

CONVITE Nº 02/2021

(Processo nº 185/2021)

À Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Insc. Municipal:

Telefone/Fax:

Responsável:

CPF:

O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO – CREFITO-14, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.310.708/0001-19, com sede nesta Capital, na Avenida Universitária, nº 750, Ed. Diamond Center, Salas 810, 811, 812, 813, Bairro de Fátima, CEP 64.049-494, em Teresina/PI, representado neste ato por seu Presidente, **RODRIGO AMORIM OLIVEIRA NUNES**, com base no CONVITE Nº 02/2021, homologado em ___/___/___, AUTORIZA a empresa acima qualificada a executar os serviços referentes ao objeto do referido certame, nos termos da Lei nº 8.666/93 e das cláusulas seguintes:

1 – OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e serviços de instalação de peças de granito na sede do CREFITO-14, relativos aos itens especificados abaixo, conforme especificações dos projetos constantes dos ANEXOS I, II e III do termo de referência e demais documentos do processo administrativo nº ___/2021 e do Convite nº 02/2021 do CREFITO-14. São as peças ou itens a serem fornecidos e instalados:
 - a) Tampo de mesa de reunião da sala de plenária da sede do CREFITO-14, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO I);
 - b) Prateleira (nicho) no “móvel do café”, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO II);



- c) “Painel” de mesa da recepção, em quartzo “green ocean” ou similar (cf. projeto anexo – ANEXO III)

1.2 O objeto descrito no item 1.1 será executado conforme as condições, exigências e especificações discriminadas no termo de referência (Anexo I do edital) e nos demais documentos anexos ao Convite.

II – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 O valor total estimado da contratação é de R\$ (.....).

2.2 O pagamento será efetuado de acordo com as condições estabelecidas no termo de referência e demais documentos do Convite.

III - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas para atender a esta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, consignada para o exercício de 2021: 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras e Instalações.

IV – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

4.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Convite, no Termo de referência e nos demais documentos constantes do processo licitatório.

V - PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 O prazo de conclusão do fornecimento e execução dos serviços é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento e aceite da presente Ordem de Execução de Serviços.

Teresina-PI, _____ de _____ de 2021.

RODRIGO AMORIM OLIVEIRA NUNES

Presidente do CREFITO-14